COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 7.035, DE 2017

Altera a Lei nº 10.962, de 2004, para dispor sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Autor: Deputado JORGINHO MELLO

Relator: Deputado LUCAS VERGILIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.035, de 2017, de autoria do ilustre Deputado Jorginho Mello, modifica a Lei nº 10.962, de 2004, que “*dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*”.

Seu objetivo é proibir a fixação de preço fracionado com valor diferente de zero ou cinco na última casa decimal, em serviços ou produtos com preço fixo e não vinculado ao peso ou quantidade, devendo ser arredondado para preço menor que atenda a essas condições, caso a última casa decimal seja número diferente de zero ou cinco.

Argumenta-se, na justificção do projeto, que o pagamento de produtos com preços em unidades de centavos diferentes de zero ou cinco mostra-se, na prática, inviável em decorrência da baixa quantidade de moedas de um centavo em circulação.

A proposição tramita em regime ordinário e submete-se, respectivamente, à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento

Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); de Defesa do Consumidor (CDC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Ao ser examinado pelo primeiro colegiado (CDEICS), o projeto foi rejeitado.

Recebemos agora, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, a incumbência de apreciar a matéria que não recebeu emendas no prazo regimental (11/8 a 22/8/2017).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto tem como desígnio proibir a fixação de preços com valor da unidade de centavos diferente de 0 ou 5. Em outros termos, o projeto de lei determina que os centavos dos preços de serviços e produtos sejam sempre múltiplos de 5 – 0,05; 0,10; 0,15, e assim por diante.

Embora reconheçamos os louváveis motivos que conduziram o autor a apresentar a proposição, restamos convencidos pelos argumentos defendidos pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) ao rejeitar a proposta.

De fato, a adoção da medida sugerida no projeto em evidência certamente produziria transtornos ao mercado de consumo maiores do que os potenciais benefícios.

Como bem apontou a comissão antecedente, a par de interferir fortemente num campo em que deve prevalecer – em regra – a liberdade na formação de preços, a expressão obrigatória de valores em centavos múltiplos de cinco, enfrentaria obstáculos operacionais para “*os preços referenciados em alguma métrica (quilo, centímetro, metro cúbico), isto é, os que não estão relacionados à unidade do produto, poderiam ter o valor fora dos parâmetros que se pretende adotar*”.

Não devemos esquecer, também, que o crescimento exponencial do uso de meios eletrônicos de pagamento, em especial os cartões de crédito e de débito, tem reduzido significativamente os impactos da aparente escassez de moedas metálicas de pequeno valor na comercialização de bens.

E, nas hipóteses, em que há, concretamente, impossibilidade de oferta de troco em valores exatos, as orientações dos órgãos e entidades de defesa do consumidor – bem como as decisões judiciais a respeito, como assinala o voto do relator na CDEICS – têm assegurado que a eventual diferença de valores deve ser suportada pelo comerciante, protegendo-se, assim, o interesse econômico dos consumidores, foco precípua das ações desta Comissão.

Em vista dessas considerações, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 7.035, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LUCAS VERGILIO
Relator